

UMA ANÁLISE GESTÁLTICA SOBRE O ADOECIMENTO RELACIONADO ÀS ATRIBUIÇÕES SOCIAIS LIGADAS AO GÊNERO

Ana Beatriz Alves dos Santos¹

Caroline Maião Guedes Rando²

Henrique Formenton Crisostomo³

Profa. Me. Bárbara Cristina Rodrigues Fonseca⁴

Profa. Dra. Thais Caroline Attaide Lacerda⁵

RESUMO: Este estudo propõe uma análise gestáltica do adoecimento considerando as atribuições sociais ligadas ao gênero. A pesquisa se baseia na teoria gestáltica, que enfatiza a percepção do indivíduo em relação ao seu ambiente, no intuito de explorar como as normas e expectativas de gênero podem influenciar a saúde mental e física. A análise revela que as atribuições sociais de gênero impõem papéis e comportamentos rígidos que podem levar ao estresse e, conseqüentemente, ao adoecimento. Por exemplo, a pressão para se conformar aos ideais de masculinidade e feminilidade pode resultar em ansiedade, depressão e outros problemas de saúde mental. Além disso, a pesquisa sugere que a desconstrução dessas normas de gênero e a promoção de uma maior flexibilidade no que diz respeito aos papéis de gênero podem contribuir para a prevenção do adoecimento. A teoria gestáltica, portanto, oferece uma perspectiva valiosa para entender a complexa interação entre gênero, sociedade e saúde. Este estudo contribui para a literatura existente ao aplicar esta teoria para examinar a relação entre as atribuições sociais de gênero e o adoecimento, destacando a necessidade de abordagens mais inclusivas e flexíveis para a identidade de gênero na promoção da saúde e bem-estar.

Palavras-chave: gestalt; adoecimento; atribuições de gênero; gênero.

1 INTRODUÇÃO

De acordo com as últimas estatísticas levantadas pela *neurotech SapienLabs* em “The Mental State of the World”, o Brasil se posiciona com o quarto pior índice de saúde mental do mundo, com a nota de 53 de 110, superando apenas as recebidas por África do Sul (50), Reino Unido (49) e Uzbequistão (48). Esse número alarmante se dá devido a diversos fatores, dentre eles podemos citar polarização política, incertezas econômicas, inserção em ambientes que podem ser extremamente tóxicos, como os de algumas empresas e os das redes sociais, insegurança para ir e vir (Piai, 2024).

Todavia, uma das origens do adoecimento, embora muito presente em discussões acerca de direitos civis, ainda é pouco levada para o âmbito da saúde mental: Papéis de gênero. Há muito tempo, os papéis atribuídos para cada um na sociedade sofrem com uma diferenciação de gênero, que por sua vez costuma colocar o homem em uma posição mais elevada de poder e a mulher em um papel de apoio, o que constitui a sociedade que chamamos de patriarcado, forma de organização social em que predomina a autoridade masculina (Carvalho; Melo, 2019).

Essa separação inicia-se na infância, tendo em vista que os comportamentos de cada um são moldados de acordo com o que se é esperado de cada gênero. A força, imponência e proteção vinda do lado masculino, enquanto do lado feminino, se espera a delicadeza, o cuidado e geralmente até a submissão, descartando a

1 Autora: Graduada em Psicologia pela Faculdade Católica Paulista (UCA). E-mail: anabeatriz.asantos3@gmail.com.

2 Autora: Graduada em Psicologia pela Faculdade Católica Paulista (UCA). E-mail: carolinemaiao1103@gmail.com.

3 Autor: Graduando em Psicologia pela Faculdade Católica Paulista (UCA). E-mail: rickf230@gmail.com.

4 Docente da Faculdade Católica Paulista (UCA): E-mail: barbara.fonseca@uca.edu.br.

5 Coorientadora: Docente da Faculdade Católica Paulista (UCA). Doutora em Ciências pela Universidade Estadual Paulista – Júlio de Mesquita Filho. Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista – Júlio de Mesquita Filho. E-mail: thais.lacerda@uca.edu.br.

individualidade de cada um e acoplando as pessoas a valores pré- definidos. (Carvalho; Melo, 2019).

Este trabalho ressalta a importância de abordar o sofrimento causado pela negligência da individualidade humana, independentemente do gênero. Pretendemos analisar como esse sofrimento impacta tanto homens quanto mulheres, destacando a relevância da pesquisa na busca por soluções paliativas. Através de uma revisão bibliográfica, serão investigadas as maneiras pelas quais essa negligência afeta os gêneros e propor medidas que possam aliviar o problema apresentado. (Carvalho; Melo, 2019).

O objetivo geral deste trabalho é analisar a relação entre as atribuições sociais ligadas aos gêneros masculino e feminino e o adoecimento mental sob a perspectiva da Gestalt-terapia. Especificamente, busca-se investigar como essas atribuições sociais são construídas e perpetuadas na sociedade, contribuindo para a formação de papéis de gênero rígidos e limitantes; analisar o processo de adoecimento mental desencadeado ou agravado por essas atribuições de gênero, e explorar como a Gestalt-terapia pode ser utilizada como abordagem terapêutica para aliviar o sofrimento mental causado por essas construções sociais de gênero.

A presente pesquisa, de natureza qualitativa e fundamentada no método hipotético- dedutivo, será conduzida utilizando procedimentos técnicos bibliográficos. O estudo se desenvolverá por meio da cuidadosa identificação e seleção de fontes bibliográficas, obtidas a partir de artigos publicados em revistas especializadas, livros e textos em plataformas de pesquisa como SciELO, PePSIC e Google Acadêmico. Essa abordagem permitirá uma análise aprofundada das questões relacionadas às atribuições sociais de gênero e seu impacto no adoecimento mental, sob a perspectiva da Gestalt-terapia.

Espera-se que a pesquisa revele uma correlação significativa entre as atribuições sociais de gênero e o adoecimento mental, como o aumento da incidência de problemas de saúde mental, incluindo ansiedade e depressão, em indivíduos que se sentem pressionados a se conformar às normas de gênero estabelecidas.

Dado o baixo número de estudos que abordam essa temática, o trabalho pretende contribuir para a literatura acadêmica, oferecendo uma nova perspectiva sobre a interseção entre gênero, sociedade, saúde e Gestalt-terapia. Além disso, busca-se promover maior conscientização sobre as consequências das normas de gênero rígidas, incentivando a sociedade a questionar e desafiar essas normas prejudiciais.

2 O IMPACTO DA SOCIALIZAÇÃO DE GÊNERO NA FORMAÇÃO DE PAPÉIS MASCULINOS E FEMININOS

A construção social dos gêneros masculino e feminino é um processo complexo que envolve uma série de fatores culturais, sociais e psicológicos. A autora Maria Helena Fávero, em seu livro “Psicologia do gênero: psicobiografia, sociocultura e transformações” (2010), aponta que a diferença entre os gêneros não é simplesmente uma questão de biologia, mas é socialmente construída.

Durante alguns momentos do livro, a autora chega a mencionar a repudia sentida por ela para com a utilização simplista de conceitos para justificar práticas “gendradas” (assim como as relações sociais impostas hierarquicamente, sexual e socialmente). Esse processo, conhecido como “biologização” do social, ou seja, utilização de conceitos da biologia para justificar o que na realidade é algo construído socialmente. Inicialmente, buscamos conversar sobre como se dão essas construções no masculino e no feminino, para, assim, discutir os efeitos causados nessas atribuições.

Para iniciar esse processo de compreensão, é importante ter um claro olhar sobre a terminologia. É muito comum a associação do termo gênero com o sexo em sua definição biológica, mas classificar a natureza do homem e da mulher dessa forma seria reducionista. O termo “sexo” referencia as diferenças anatômicas apresentadas no corpo, como tamanho, genitálias, entre outras diferenças biológicas. O gênero liga-se às noções do que é visto como socialmente masculino ou feminino, não possuindo relação direta com a ideia de sexo.

A importância dessa distinção de maneira clara é para evidenciar que alguns traços que nos diferenciam uns dos outros como seres humanos não tem como sua origem fatores biológicos. Somos pessoas únicas que compartilham características comuns a toda sociedade, e a origem desses fatores tem uma conexão com, mas não se limitando à: classe social, raça, habilidades físicas, religião, idade entre outras.

Ainda é presente pesquisadores que buscam ressaltar fatores como cromossomos, hormônios e outras características de base genética, ressaltando isso como um dos principais fatores quando falamos de desigualdade de gênero. Todavia, são geralmente alvo de críticas ressaltando que essa análise leva muito em consideração o “comportamento natural” levando em conta em sua maior parte o comportamento animal e não comportamento humano. (Carvalho; Melo, 2019).

As identidades de gênero podem ser moldadas por influências sociais. Os brinquedos com os quais brincamos na infância, os jogos que jogamos na adolescência, as roupas que usamos, os gestos e a linguagem que aprendemos, bem como as relações que estabelecemos com nossos pares e adultos, nos orientam sobre o que significa ser homem ou mulher na sociedade. Essas experiências nos ajudam a discernir quais comportamentos são mais adequados para cada gênero. Os pais possuem grande influência em como essas identidades são construídas, ao reforçar valores de personalidade, ou até distinguir brinquedos com base em estereótipos de gênero.

Outro grande fator de influência nessa construção é a escola, já que crianças e adolescentes passam muitas vezes mais tempo nesse ambiente do que em suas próprias casas. Em virtude disso essa discussão sobre identidade de gênero precisa ser abordada a partir do contexto familiar e escolar, agindo como um recurso de orientação e auxiliando os alunos a se encontrarem nessa construção de identidade (Carvalho; Melo, 2019).

A socialização de gênero evidencia a distinção entre o sexo biológico e o gênero social. As crianças aprendem as expectativas sociais, atitudes e comportamentos associados a meninos e meninas. O recém-nascido chega ao mundo com um sexo definido e desenvolve sua identidade de gênero mais tarde. Portanto, essas diferenças não são biologicamente determinadas - são formadas culturalmente (Gomes; Menezes; Barros, 2020).

Acredita-se que isso acontece porque homens e mulheres são socializados para ter comportamentos diferentes. Essas relações são estruturadas com base em elementos que compõem a sociedade, como poder, trabalho e relações pessoais e emocionais entre as pessoas. Isso permite questionar as mudanças que estamos passando diariamente, à medida que elas são influenciadas por nossa identidade e perspectiva de gênero, que estão em constante ajuste (Gomes; Menezes; Barros, 2020).

Atualmente, é comum encontrar homens e mulheres em uma ampla gama de profissões, quebrando barreiras tradicionais. Mulheres estão trabalhando em setores como a construção civil e como motoristas de ônibus, vans e caminhões, além de estarem cada vez mais presentes na política.

Da mesma forma, vemos homens em profissões que anteriormente não eram consideradas adequadas para eles, como enfermagem, culinária, dança, entre outras. De acordo com Cunha e Santos (2014, p. 1):

Vários estudos estão sendo feitos para debater e demonstrar ações que busquem a igualdade entre homens e mulheres poderão contribuir na construção de um mundo que seja plural, onde o feminino e o masculino não sejam oprimidos nem opressores, buscando assim desconstruir certas práticas, discursos e representações que discriminam, oprimem e submetem algumas pessoas em função do gênero.

O gênero é um meio de estratificação social. É conhecido que os papéis de homens e mulheres variam em diferentes sociedades, mas não há uma única sociedade em que elas detenham mais poder ou influência do que eles. Apesar dos avanços que as mulheres conseguiram em algumas regiões, as desigualdades de gênero continuam a ser uma realidade social. Em abordagens funcionalistas, alguns autores defendem que as “diferenças naturais” entre homens e mulheres justificam estas desigualdades, perpetuando, assim, a estrutura social vigente, em que a criança não pode ficar sem a presença materna e que essa mãe não pode ser substituída se ela não puder estar presente (Narvaz; Koller, 2006).

Se houver substituição, a figura materna deve ser feminina. Muitos usam essa ideia para oprimir as mulheres que precisam trabalhar e não podem cumprir somente com a função materna, alegando que elas estão negligenciando seus filhos. A mídia pode ter um papel significativo na formação da identidade de gênero, pois a exposição das crianças a esse meio pode influenciar seus comportamentos, tanto verbais quanto não verbais (Carvalho; Melo, 2019). As crianças podem assistir a filmes, desenhos ou vídeos e aspirar a ser como os personagens. Geralmente, as crianças percebem padrões de gênero em atitudes e comportamentos considerados aceitáveis e buscam se adequar a eles (Carvalho; Melo, 2019).

Outra questão relevante é a do gênero no contexto escolar, em que muitas vezes gestores e educadores têm dificuldade em lidar com a situação, pois para eles não é algo “normal”, ou seja, não está de acordo com os padrões da sociedade (Narvaz; Koller, 2006). O que se observa são práticas pedagógicas diárias que podem estar impregnadas de discursos e atitudes que revelam preconceitos de gênero (Carvalho; Melo, 2019).

Por exemplo, para organizar a sala de aula e garantir uma boa disciplina, é comum o uso de frases que já se tornaram estereótipos, como por exemplo “você está parecendo mulherzinhas”; “isso é coisa de menino/ de homem”; “Peça para as meninas limparem isso”; “Mande os meninos carregarem a caixa”; “As meninas estão muito saidinhas”, dentre outras. A construção da identidade de gênero é crucial para o desenvolvimento individual, influenciando interesses, atitudes e comportamentos ao longo da vida (Nascimento et al, 2021).

Da forma que se constroem os papéis sociais no dia de hoje, não há perspectiva de mudança. De acordo com o Relatório de Desigualdade Mundial (2018), a globalização acentua a desigualdade econômica e, conseqüentemente, essa dicotomia entre homens e mulheres. Torna-se evidente da forma que a sociedade é formada que o papel discriminatório coloca as mulheres em uma posição socialmente desvantajosa, na qual elas precisam enfrentar coisas como acesso desigual à educação, a falta de equidade no mercado de trabalho. Falta de proteções legais, pouca representatividade nos espaços, dentre outros problemas sociais.

Tudo isso se dá pelo caráter patriarcal (focado no “pai”, ou seja, no homem) da sociedade, que favorece o homem e o coloca em uma posição de maior autoridade e respeito em relação à mulher (Narvaz; Koller, 2006). Entretanto, é importante também analisar o impacto dessa divisão de papéis para os homens. Os papéis de gênero socialmente estabelecidos têm um grande impacto nos homens, com expectativas e comportamentos sendo internalizados desde o início da vida. Esses papéis são reforçados por várias instituições, incluindo a mídia e a sociedade em geral.

No entanto, a pressão para se conformar a esses papéis pode levar a problemas de saúde e contribuir para desigualdades de gênero. Apesar de algumas mudanças sociais, ainda existem elementos conservadores

como: atitudes e crenças individuais; representações na mídia; políticas públicas estruturas familiares; normas culturais que definem o que significa ser homem e os papéis que eles devem desempenhar na sociedade (Narvaz; Koller, 2006).

Essa tensão limita o homem e acaba com a sua individualidade, o forçando a papéis pré-definidos e responsabilidades dadas do berço. Embora as gerações mais jovens estejam começando a identificar-se com algumas mudanças sociais envolvendo os papéis de gênero, ainda prevalecem elementos conservadores de representação social sobre o que é ser homem e os papéis que eles devem desempenhar na família (Nascimento *et al*, 2021).

2.1 IMPACTO DAS ATRIBUIÇÕES SOCIAIS DE GÊNERO NO ADOECIMENTO MENTAL

A vivência do sofrimento mental é um fenômeno socialmente construído, refletindo os valores e normas de uma sociedade específica e de um período histórico particular. Em outras palavras, o que pode parecer extremamente pessoal, como a experiência de desconfortos subjetivos e a identidade de gênero de cada indivíduo, na verdade, revela padrões que são influenciados por uma determinada estrutura social (Santos, 2009).

É essencial destacar que problemas de saúde mental e o sofrimento emocional resultante – que se manifestam na dificuldade de fazer planos, na incerteza sobre o propósito da vida e na sensação de desamparo e vazio interferem no bem-estar mental. Isso dificulta a participação ativa de pessoas na sociedade. Em casos extremos, essas condições podem levar à perda de seus direitos como cidadãos (Santos, 2009).

Embora a compreensão da saúde mental através da perspectiva de gênero ainda esteja em seus estágios iniciais, alguns estudos (Campos; Zanello, 2016) já destacaram a importância dessa conexão enfatizando a experiência do sofrimento mental como uma construção social.

Na abordagem gestáltica, enfatiza-se a importância do todo e como suas partes se inter-relacionam – este princípio é conhecido como “holismo”. Segundo a Gestalt, os indivíduos são seres no mundo, o que significa que eles não podem ser compreendidos isoladamente de seu contexto social. Este conceito é fundamental nesta abordagem pois reconhece que o comportamento humano é profundamente influenciado pelo ambiente em que o indivíduo está inserido (Perls; Hefferline; Goodman, 1973), e como as expectativas de gênero afetam a saúde mental.

As pessoas não vivem no “vácuo”, elas estão imersas em um contexto social que inclui normas e expectativas. Essas normas e expectativas não são apenas externas; elas são internalizadas e se tornam parte de como as pessoas se veem e entendem seu lugar no mundo. A Gestalt argumenta que para entender verdadeiramente um indivíduo, devemos entender o contexto social em que ele está inserido. Isso inclui as expectativas de gênero que são colocadas sobre eles (Frazao; Meyer, 2014).

Nesse sentido, as atribuições sociais de gênero entram em cena. Elas são um conjunto de normas e expectativas que a sociedade impõe aos indivíduos com base em seu gênero. Essas atribuições podem ter um impacto significativo na saúde mental dos indivíduos (Connell, 2012).

Assim, a sociedade tende a impor certos papéis e comportamentos aos indivíduos levando a uma série de pressões e expectativas. Por exemplo, os homens são frequentemente incentivados a serem fortes e independentes, enquanto as mulheres são frequentemente incentivadas a serem cuidadosas e emocionalmente expressivas (Eagly; Wood, 2012).

Essa expectativa para o homem pode ser vista em várias esferas da vida, desde a infância até a idade

adulta, são ensinados a serem resilientes, a não mostrar emoções facilmente, serem autossuficientes e, em muitas culturas, espera-se que os homens sejam fortes, corajosos e independentes. Essas características são frequentemente associadas à masculinidade e são vistas como desejáveis em um homem.

Desse modo, eles são frequentemente desencorajados a expressar emoções, especialmente aquelas que são vistas como “fracas” ou “femininas”, como tristeza ou medo. (Frazão, Lílian Meyer; Rocha, 2005). No entanto, conforme sublinham Zanello e Bukowitz (2011), essa exigência para que os homens cumpram ou realizem sua “essência” masculina é motivadora de tensões e conflitos permanentes, uma vez que “os homens acabariam assim por serem oprimidos por sua própria opressão”, adoecendo nesse lugar daquele que tem que dar conta de tudo (a todo custo).

Isso pode ser muito estressante para os homens que não se encaixam nesse molde levando a uma pressão indevida e a problemas de saúde mental, como o estresse e a ansiedade. Já as mulheres são ensinadas desde cedo a serem empáticas, a cuidar dos outros, cuidar dos afazeres domésticos, serem nutridoras e a expressar suas emoções abertamente. Essas características são frequentemente associadas à feminilidade e são valorizadas na sociedade.

No entanto, assim como os homens, as mulheres também enfrentam pressões decorrentes dessas expectativas. “O sofrimento associado ao trabalho doméstico decorre de tensões geradas pelas suas características de monotonia, repetitividade, desvalorização e pelas demandas dos papéis sociais aos quais essa mulher deve atender (Lima, 2003). A vivência cotidiana dessas tensões, acumuladas ao longo do tempo, pode, como apontam vários estudos, cristalizar diferentes formas de adoecimento psíquico” (Araújo, 2005), e podem sentir que precisam suprimir aspectos de sua personalidade que não se encaixam nesses papéis tradicionais de gênero.

A experiência de ser mulher em uma sociedade fortemente patriarcal, segundo Garcia, (1995), pode levar a um colapso desproporcional. Isso ocorre, conforme a autora explica, devido à falta de alternativas e de um diálogo para a identidade feminina, que aprisiona sua existência em um estado de impotência lamentável. Nesse contexto, muitas mulheres encontram na depressão profunda a única resposta à limitação de sua existência. A depressão e a auto-anulação são as respostas mais lógicas em uma situação na qual não existem meios para superar uma crise que se acumulou ao longo da vida. (Garcia, 1995).

A exigência social para que cumpram este padrão preestabelecido aprisiona as mulheres ao desejo do outro, silenciando-as em uma vivência de impotência, apagada. Dessa forma, Garcia (1995 *apud* Zanello; Fiuza; Costa, 2015, p. 239) “[...] aponta a depressão, ainda que esta não conduza a um tratamento psiquiátrico, como uma condição da existência feminina, que, na impossibilidade de expressar-se, implode”. Ambos os sexos, portanto, enfrentam desafios únicos decorrentes dessas expectativas, que podem levar a alguns sofrimentos mentais.

Vários estudos têm mostrado uma ligação entre as atribuições de gênero e a saúde mental. Por exemplo, um estudo de Connell (2012) descobriu que as normas de gênero rígidas podem levar a um maior risco de problemas de saúde mental, como depressão e ansiedade. Da mesma forma, um estudo de Meyer (2003 *apud* Paveltchuk; Borsa, 2020, p.43) descobriu que a discriminação e o estigma associados à não (conformidade de gênero podem levar a um maior risco destes mesmos problemas de saúde mental.

Os indivíduos que não se conformam com as normas de gênero tradicionais podem enfrentar discriminação e preconceito, o que pode levar ao estresse crônico. Esse estresse é frequentemente referido como “estresse de minoria”, que é o estresse psicológico e físico que os indivíduos podem experimentar como resultado de serem membros de um grupo estigmatizado e marginalizado. Esse sintoma pode se manifestar

de várias maneiras, incluindo ansiedade, depressão e problemas de sono. Além disso, o estresse de minoria pode levar a comportamentos prejudiciais à saúde, como abuso de substâncias ou negligência da saúde física (Paveltchuk; Borsa, 2020).

As expectativas sociais sobre como os indivíduos de um determinado gênero devem se comportar podem levar a pressões e conflitos internos. Um indivíduo pode sentir pressão para adotar certos comportamentos ou interesses com base em seu gênero atribuído, o que pode resultar em sentimentos de inadequação, baixa autoestima e insatisfação corporal. Um exemplo, segundo Garcia (1995, *apud* Campos; Zanello, 2016, p.113), as mulheres “deixam de procurar a razão de seu mal-estar nas suas condições de existência e revelam, por meio do sofrimento (situação de surto), a opressão interior e a perda de qualquer poder sobre si mesma”.

Aqueles que desafiam as normas de gênero podem enfrentar estigma social, rejeição por amigos e familiares, e até violência (Campos; Zanello, 2016). Além disso, a experiência de violência pode levar a traumas físicos e emocionais, incluindo o transtorno de estresse pós- traumático (TEPT) (Campos; Zanello, 2016). É importante notar que o estigma e a rejeição não são apenas prejudiciais para a saúde mental do indivíduo, mas também podem criar barreiras ao acesso a cuidados de saúde e apoio. Por exemplo, um indivíduo pode hesitar em procurar ajuda para problemas de saúde mental por medo de discriminação ou falta de compreensão por parte dos profissionais de saúde (Campos; Zanello, 2016).

Outro mecanismo que pode desencadear o sofrimento mental é a falta de representação e compreensão que pode levar à sensação de invisibilidade e isolamento. Isso pode ser particularmente verdadeiro para indivíduos que não se encaixam nas categorias de gênero binário. A invisibilidade e o isolamento podem aumentar os sentimentos de solidão, desesperança e tristeza, que são fatores de risco para a depressão e o suicídio.

Além disso, a invisibilidade e o isolamento podem limitar o acesso a recursos e apoio. Por exemplo, um indivíduo pode ter dificuldade em encontrar informações relevantes sobre saúde, encontrar uma comunidade de apoio ou acessar serviços de saúde mental que respeitem e entendam sua identidade de gênero. Isso pode agravar ainda mais os problemas de saúde mental existentes (Jorgetto; Marcolan, 2021).

Portanto, é crucial considerar as atribuições de gênero, sendo um fator constitutivo que pode causar, intensificar ou moldar o sofrimento psíquico, também pode ser um instrumento nas intervenções terapêuticas. O objetivo é extrair dele um antídoto. Nesse contexto, pesquisas já estão sendo realizadas (Zanello; Souza, 2009). Esse tipo de trabalho adota a ideia de redução de danos como paradigma, em vez da “cura” em si. Em outras palavras, o objetivo é melhorar a qualidade de vida dos indivíduos.

Na perspectiva da Gestalt, o indivíduo é visto como um ser livre, capaz de fazer escolhas sobre seu próprio caminho de vida, pelas quais deve assumir responsabilidade. Esse indivíduo é concebido como um ser repleto de possibilidades e potencialidades, que são valorizadas ao longo do processo terapêutico. Além disso, o indivíduo é dotado de uma consciência ativa que atribui significado a tudo (um conceito fenomenológico conhecido como “intencionalidade da consciência”). Isso implica que toda consciência envolve um objeto e todo objeto envolve uma consciência que lhe atribui um sentido particular. Em termos práticos, isso significa que cada pessoa percebe o mundo a partir de sua própria perspectiva (Ribeiro, 1999).

Ao considerar o sofrimento mental decorrente das atribuições de gênero, essa visão da Gestalt se torna particularmente relevante. As atribuições de gênero podem influenciar as escolhas de vida de um indivíduo, suas possibilidades percebidas e a maneira como atribuem significado ao mundo. Assim, a terapia Gestalt pode oferecer uma abordagem valiosa para explorar e abordar o sofrimento mental relacionado ao gênero, buscando valorizar as potencialidades do indivíduo e promover uma maior liberdade de escolha e expressão.

3 GESTALT-TERAPIA NA COMPREENSÃO E TRATAMENTO DO DOECIMENTO MENTAL RELACIONADO AO GÊNERO

A compreensão da experiência humana na Gestalt-terapia é fundamentada na concepção de que os indivíduos são seres integrados em constante interação com o ambiente, e que a saúde mental está intrinsecamente ligada à capacidade de integração e adaptação dessas interações. No contexto do gênero, a Gestalt-terapia busca compreender como as questões de identidade de gênero, papéis sociais e expectativas sociais influenciam a percepção de si mesmo e a relação com o mundo ao redor (Frazão, 2005).

Através de técnicas como a experimentação vivencial, o diálogo entre as partes internas e a ênfase na consciência do momento presente, a Gestalt-terapia proporciona um espaço terapêutico seguro para explorar e integrar as complexidades do adoecimento mental relacionado ao gênero (Gomes, 2020). Esta abordagem holística e centrada no cliente oferece uma perspectiva única para compreender e abordar as questões de saúde mental ligadas ao gênero, promovendo o empoderamento e o crescimento pessoal do indivíduo (Gomes, 2020).

De acordo com Rocha (2005), a fenomenologia, como método fundamental da abordagem Gestalt-terapêutica, destaca-se na investigação das figuras de gênero que emergem na consciência do sujeito, as quais são consequência da interação entre o organismo e o ambiente na fronteira de contato. Nesse sentido, a fenomenologia propicia uma análise que permite entrever como os contextos sociais e culturais se manifestam na consciência, gerando fenômenos específicos.

Para alcançar esse entendimento, é imperativo confrontar a chamada “atitude natural”, conforme delineada por Husserl (2000), que consiste na tendência do senso comum de associar o gênero a uma essência fixa, desvelando, em seu lugar, as estruturas socioculturais que orientam a construção dos comportamentos generificados. Assim, ao desafiar essa perspectiva naturalizada e ao investigar as raízes socioculturais subjacentes às representações de gênero, a fenomenologia proporciona uma base sólida para a compreensão e intervenção terapêutica na problemática do adoecimento mental relacionado ao gênero.

O conceito de campo, proposto por Kurt Lewin, constitui um elemento fundamental na compreensão das dinâmicas que envolvem os comportamentos humanos, especialmente no que tange à construção do gênero (Rocha, 2005, p. 215). De acordo com essa perspectiva, o comportamento de um indivíduo está intrinsecamente relacionado ao contexto em que ocorre, sendo influenciado por uma série de fatores que compõem esse campo, incluindo aspectos culturais, sociais e ambientais. Sob essa luz, é imprescindível reconhecer que a compreensão do gênero não pode ser alcançada exclusivamente pela análise individual, mas demanda uma abordagem que leve em consideração o papel crucial da cultura na construção das masculinidades e feminilidades (Rocha, 2005).

Nessa linha de raciocínio, o campo se apresenta como o espaço no qual emergem as gestalts de gênero, sendo a cultura um componente essencial desse ambiente propício para a diversidade de manifestações de gênero. Ao adotar a relação figura-fundo, é possível compreender como os eventos socioculturais, que constituem o fundo, moldam e fornecem o contexto para a emergência de diferentes formas de consciência e conflitos relacionados ao gênero, configurando-se como figuras nesse processo dinâmico (Rocha, 2005).

Dessa maneira, a análise do campo em determinado momento revela-se crucial para a compreensão das nuances e complexidades dos comportamentos generificados, pois permite identificar como os elementos do contexto sociocultural influenciam sua presença ou ausência. Assim, ao reconhecer o papel determinante

do campo na construção das identidades de gênero e dos padrões comportamentais associados a elas, torna-se possível desenvolver abordagens mais contextualizadas e eficazes no entendimento e intervenção nas questões relacionadas ao gênero (Rocha, 2005).

A prática da escuta na abordagem Gestalt-terapêutica apresenta pontos de convergência significativos com a epistemologia feminista, em virtude de ambos os campos compartilharem o objetivo de dismantlar discursos que promovem a uniformização de comportamentos e atividades profissionais. Nesse sentido, o Gestalt-terapeuta é encorajado a exercitar sua autonomia e criatividade durante o processo de escuta, distanciando-se de técnicas específicas e discursos normativos que poderiam potencialmente limitar essa prática a uma abordagem fixa, rígida e inflexível (Galhardo; Pereira, 2015).

Através dessa perspectiva, a escuta em Gestalt-terapia se revela como um espaço dinâmico e flexível, no qual o terapeuta está livre para adaptar suas estratégias de acordo com as necessidades e singularidades de cada cliente, ao invés de aderir a um modelo pré-determinado. Essa abordagem não apenas respeita a individualidade e a subjetividade do cliente, mas também reconhece a importância de uma postura reflexiva e sensível por parte do terapeuta, que esteja aberto a diferentes formas de compreensão e intervenção terapêutica (Galhardo; Pereira, 2015).

Portanto, ao alinhar-se com os princípios da epistemologia feminista, a prática da escuta na Gestalt-terapia reforça a valorização da diversidade de vozes e experiências, promovendo um ambiente terapêutico mais inclusivo, empoderador e responsivo às demandas dos clientes, ao mesmo tempo em que desafia os sistemas de poder e controle que perpetuam padrões normativos e uniformizadores (Galhardo; Pereira, 2015).

A dificuldade dos homens em compartilhar suas vivências e formas de ser no mundo tem sido destacada por alguns estudiosos (Oddone, 2005); (Nogueira, 2020), evidenciando a necessidade de promover um espaço de compartilhamento em que as experiências individuais se tornem comunitárias e universais. Ao descrever suas próprias vivências, os homens contribuem para a criação de uma narrativa coletiva que transcende as fronteiras individuais, permitindo que outros também experienciem e compreendam a complexidade da masculinidade contemporânea.

Como ressaltado por Oddone (2005), essa fronteira dos homens, embora revestida de atributos masculinos fortes, é permeável e suscetível a mudanças, no entanto, esse processo de compartilhamento pode ser desafiador, uma vez que se depara com a fronteira muitas vezes rígida e marcada por estereótipos associados à masculinidade.

Torna-se essencial que os homens tenham a oportunidade de interagir com seus pares em ambientes de diálogo aberto e acolhedor, seja em grupos exclusivamente masculinos ou mistos. Esses espaços proporcionam um contexto propício para que os homens possam reconhecer tanto suas semelhanças quanto suas diferenças, promovendo uma maior conscientização de suas próprias necessidades e desafiando a tendência ao isolamento emocional. Ao compartilharem suas experiências, os homens têm a oportunidade de perceber que aquilo que é considerado único em suas vivências também pode ser compartilhado por outros, contribuindo, assim, para uma compreensão mais ampla e inclusiva das identidades masculinas e das dinâmicas de gênero (Oddone, 2005).

A expressão das vivências masculinas como uma espécie de heroísmo carente de vínculos afetivos pode se manifestar de várias formas no contexto clínico. Por exemplo, pode ser percebida como somatização, em que dores crônicas e vagas surgem como resultado de uma longa trajetória de repressão emocional. Além disso, pode-se observar uma alexitimia relacionada à masculinidade, na qual o indivíduo é incapaz de identificar e expressar seus sentimentos e necessidades, devido à associação destes com fraqueza e vulnerabilidade, o que

contribui para a manutenção de uma identidade masculina rígida (Nogueira, 2005).

A distinção crucial entre essas duas manifestações consiste no fato de que a dor física geralmente leva o indivíduo a buscar tratamento em busca de alívio, enquanto a alexitimia o afasta, pois está intrinsecamente ligada à preservação da identidade masculina. Especialmente no caso da alexitimia masculina, é vital que o terapeuta adote uma abordagem sensível, pois o contato com os sentimentos pode ser percebido como uma ameaça à coesão e estabilidade do e (Nogueira, 2005).

Assim, é essencial que o terapeuta não apenas espere o momento oportuno para abordar os sentimentos do paciente, mas também reconheça e compreenda a força subjacente que impede esse contato emocional e potencialmente leva à interrupção do processo terapêutico. Ao abordar essa dinâmica e oferecer um ambiente seguro para explorar e processar emoções, o terapeuta pode ajudar o paciente a reduzir a influência desse mecanismo defensivo e a desenvolver uma maior consciência e integração emocional. Portanto, ao explorar os padrões disfuncionais de masculinidade e promover uma abertura à expressão emocional, o terapeuta pode facilitar o caminho para o crescimento emocional e o bem-estar psicológico do paciente (Nogueira, 2005).

O estudo de Luczinski *et al.* (2019) proporciona *insights* relevantes sobre o empoderamento feminino na psicoterapia, especialmente a partir de uma perspectiva gestáltica. O estudo destaca que as mulheres atendidas na clínica compartilham experiências comuns, caracterizadas pela dualidade entre a defesa de necessidades alinhadas aos movimentos feministas e discursos enraizados na cultura machista. Estas mulheres, predominantemente brancas e heterossexuais, desempenham múltiplos papéis sociais, como mãe, esposa, trabalhadora e dona de casa, enfrentando dificuldades para expressar seus próprios desejos e frequentemente cedendo às expectativas alheias.

Nesse contexto, a importância de as mulheres entrarem em contato com suas próprias necessidades e crenças é enfatizada como um passo fundamental para alcançar seus objetivos de forma autêntica e consciente. O conceito de “awareness”, ou consciência plena, é relevante neste contexto, pois destaca a necessidade de uma apreensão integrada e vivencial do mundo, indo além da mera compreensão intelectual. Essa abordagem possibilita às mulheres explorar os sentidos e perceber o mundo com maior profundidade, contribuindo para seu processo de empoderamento ao ampliar suas perspectivas de escolha e decisão, estabelecer limites nas relações interpessoais e desenvolver uma visão mais autônoma do futuro (Luczinski *et al.*, 2019).

Além disso, o estudo ressalta que o processo de empoderamento é intrinsecamente relacional e social, conforme preconizado pela Gestalt-terapia. Portanto, a construção da autonomia feminina é facilitada quando as mulheres se unem e compartilham suas experiências, fortalecendo-se mutuamente e desafiando as estruturas sociais que perpetuam a desigualdade de gênero. Assim, a promoção do empoderamento feminino na psicoterapia não se limita ao âmbito individual, mas também abrange uma dimensão coletiva e societal, em que o apoio mútuo e a solidariedade desempenham um papel crucial (Soares, 2021).

No cenário de uma terapia gestáltica, em que as terapeutas são igualmente mulheres, emerge uma dinâmica singular na qual suas próprias vivências pessoais são momentaneamente deixadas de lado, concedendo à cliente o protagonismo do diálogo, embora as terapeutas tenham espaço para compartilhar suas experiências femininas ao longo do processo. Essa abordagem encontra respaldo na concepção do encontro intersubjetivo na Gestalt-terapia, que reconhece a impossibilidade de neutralidade nas interações humanas, considerando que estamos interconectados e situados no mesmo contexto histórico. Assim, mesmo que a interação entre terapeuta e cliente, ambas mulheres, não se torne o foco central da sessão, ela ainda consegue infundir sensibilidade e qualidade à presença no ambiente terapêutico (Luczinski *et al.*, 2019).

Esse encontro de feminilidades mobiliza tanto a cliente quanto a terapeuta, oferecendo um espaço em que

as mulheres são estimuladas a compartilhar suas próprias narrativas e expressar suas singularidades, libertando-se do discurso patriarcal predominante. Desta maneira, surgem possibilidades para o desenvolvimento de novas formas de feminilidade, que desafiam preconceitos e estereótipos, e promovem novas abordagens para a vivência do feminino. (Luczinski et al., 2019).

Ademais, para que o encontro entre terapeuta e cliente mulher seja verdadeiramente terapêutico, é imperativo que a cliente seja percebida e compreendida em sua totalidade, com a confiança estabelecendo o alicerce do processo terapêutico. Para que as terapeutas sejam capazes de se entregar plenamente a esse encontro, é necessário que elas desconstroem os padrões estéticos que regulamentam a vida das mulheres e frequentemente subjugam seus corpos. Essa postura de abertura à singularidade de cada indivíduo facilita a construção de um encontro terapêutico autêntico e singular, em que a cliente se sente acolhida e compreendida em sua jornada de autoconhecimento e cura (Malta; Horta, 2019).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo argumenta que as atribuições sociais de gênero têm um impacto significativo no adoecimento mental, tanto para homens quanto para mulheres. As normas e expectativas rígidas impostas pela sociedade podem levar ao adoecimento, como estresse, ansiedade, depressão e outros problemas de saúde mental. Desta forma, destaca a importância da conscientização sobre as consequências negativas das normas rígidas e também da desconstrução dessas para a promoção da maior flexibilidade nos papéis de gênero como forma de prevenir o adoecimento.

A Gestalt-terapia oferece uma abordagem valiosa para o tratamento do sofrimento mental relacionado ao gênero, pois enfatiza a importância do contexto social, a experiência individual e a autoconsciência. É fundamental que a sociedade questione e desafie essas normas, criando um ambiente mais inclusivo e que respeite a diversidade de identidades de gênero. O cenário preocupante da saúde mental no Brasil, ocupando o quarto pior índice mundial, ressalta a urgência de se investigar os fatores que contribuem para o sofrimento psíquico, dentre eles, a influência dos papéis de gênero, uma temática ainda pouco explorada nesse contexto.

A socialização de gênero, que impõe papéis e comportamentos rígidos desde a infância, impacta a saúde mental de homens e mulheres, gerando pressões e conflitos internos. Para os homens, a ênfase na força, independência e repressão emocional pode levar ao estresse, à ansiedade e à dificuldade em buscar ajuda.

As mulheres, por sua vez, enfrentam a pressão de serem cuidadoras, emocionalmente expressivas e submissas, o que contribui para a sobrecarga emocional, auto anulação e depressão. Ao analisar as figuras de gênero que emergem na consciência do sujeito, revelamos como os contextos sociais e culturais influenciam a construção dos comportamentos generificados.

O conceito de campo de Kurt Lewin, aplicado à Gestalt-terapia, demonstra como o comportamento é influenciado pelas expectativas sociais de gênero. A escuta terapêutica, alinhada à epistemologia feminista, promove um espaço de acolhimento e respeito à individualidade, desconstruindo discursos normativo, encorajando a expressão autêntica de si mesmo, promovendo o empoderamento e o crescimento pessoal.

No caso das mulheres, a terapia auxilia na conscientização das próprias necessidades e crenças, incentivando a autonomia e a busca por seus objetivos, rompendo com a dualidade entre defender suas necessidades e se conformar com as expectativas da cultura machista. O compartilhamento de experiências em grupos também é fundamental para o empoderamento feminino, pois fortalece as mulheres e desafia as estruturas sociais que perpetuam a desigualdade de gênero.

Para os homens, oferece um espaço seguro para explorar e expressar suas emoções, rompendo com a rigidez da identidade masculina tradicional. A terapia pode auxiliar na desconstrução de crenças limitantes sobre masculinidade, incentivando a vulnerabilidade e o desenvolvimento de relações mais saudáveis. É fundamental criar espaços de diálogo, nos quais os homens possam compartilhar suas vivências e desafiar os estereótipos de gênero, compreendendo que a busca por ajuda não é sinônimo de fraqueza.

Este estudo contribui para a literatura acadêmica ao oferecer uma nova perspectiva sobre a interseção entre gênero, sociedade, saúde e Gestalt-terapia. No entanto, reconhecemos a necessidade de aprofundar essa discussão e incentivamos a realização de novas pesquisas que explorem essa temática a partir de diferentes perspectivas. É fundamental que a sociedade, como um todo, se engaje na desconstrução de normas de gênero rígidas e na promoção de uma maior flexibilidade nos papéis de gênero.

Verifica-se a necessidade de mais pesquisas sobre a interseção entre gênero, sociedade, saúde e Gestalt-terapia, a fim de aprofundar a compreensão do impacto das atribuições sociais de gênero na saúde mental e desenvolver intervenções mais eficazes para o tratamento do sofrimento mental relacionado ao gênero.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO Tânia Maria de; PINHO, Paloma de Sousa; ALMEIDA, Maura Maria Guimarães de. Prevalência de transtornos mentais comuns em mulheres e sua relação com as características sociodemográficas e o trabalho doméstico. **Rev. Bras. Saude Mater. Infant.** 5 (3) • Set 2005 Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1519-38292005000300010>. Acesso em: 01 out. 2024.

SANTOS, Anna Maria Corbi Caldas dos. Articular saúde mental e relações de gênero: dar voz aos sujeitos silenciados. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 14, n. 4, p. 1177-1182, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/9wRPZFx33WbWTM4FjrsPLTp/>. Acesso em: 15 out. 2024.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. 2. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CAMPOS, Ioneide de Oliveira; ZANELLO, Valeska. Saúde mental e gênero: o sofrimento psíquico e a invisibilidade das violências mental health and gender : psychological distress and invisibility of violences. **Vivência: Revista de antropologia**, v. 1, n. 48, p. 105–117, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/vivencia/article/view/11505>. Acesso em: 15 out. 2024.

CARVALHO, Julia Baerlocher; MELO, Mônica Cristina. A família e os papéis de Gênero na adolescência. **Psicologia & sociedade**, Recife/PE, v. 31, 2019. DOI Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/gNFmX6vGgKQ6gCyjQzv4CMS/#>. Acesso em: 7 maio 2024.

CONNELL, R. Gênero, saúde e teoria: Conceitualizando a questão, em perspectiva local e mundial. **Ciência Social & Medicina**, v. 74, n.11, p. 1675-1683, 2012.

EAGLY, A. H., & Wood, W. Teoria do papel social. Em P. A. M. Van Lange, A. W. Kruglanski, & E. T. Higgins (Eds.), **Manual de teorias da psicologia social** v. 2, p. 458-476, 2012. Publicações Sage Ltd. Disponível em: https://sk.sagepub.com/reference/hdbk_socialpsychtheories2/n49.xml.

FRAZÃO, Lilian Meyer. **Gestalt-terapia: conceitos fundamentais**. . São Paulo: Summus., 2014.

GALHARDO, Diego Paulino; PEREIRA, Ondina Pena. Epistemologia feminista e Gestaltterapia: uma aproximação pragmática. In: PEREIRA, Ondina Pena (Org.). **Saúde mental, ética e política: Vidas dissidentes e práticas psicológicas contra-hegemônicas**. Jundiaí: Paco Editorial, 2015. p. 124-146

- GARCIA, C. C. **Ovelhas na névoa: um estudo sobre as mulheres e a loucura**. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 1995.
- GOMES, Ailton. Opção versus orientação sexual: o que de fato pode ser escolhido? In: MARRAS, Margaret (Org). **Angústias contemporâneas e Gestalt-terapia**. São Paulo: Summus Editorial, 2020. p. 136-167.
- HUSSERL, E. **A ideia da fenomenologia**. Lisboa: Ed. 70, 2000.
- JESUS, J. G de. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos**. 2. ed. Brasília: EDA/FBN, 2012.
- CUNHA, A.T. B da.; SANTOS, L. P. **Homens na docência: novas masculinidades?** In: Género y Sociedad: “vocês, cuerpos y derechos en disputa”, 3, 2014, Córdoba – Argentina. Anais... Argentina: – UNC, 2014.
- JORGETTO, G.V.; Marcolan, J.F. Fatores de risco e proteção para sintomas depressivos e comportamento suicida na população geral. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 74, Suppl. 3, e20201269, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2020-1269>. Acesso em: 16 out. 2024.
- LIMA SCC. **Trabalho doméstico: uma trajetória silenciosa de mulheres**. Rio de Janeiro: Virtual Científica; 2003.
- LUCZINSKI, Giovana Fagundes; VIANNA, Keyth; GARCIA, Renata Parente; NUNES, Vanessa Hilme; TSALLIS, Alexandra. Gestalt-terapia e Empoderamento Feminino na Relação Terapêutica: Reverberações a partir do Atendimento Psicoterápico entre Mulheres. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 19, n. 4, p. 947-963, 2019. Disponível em Acessado em 10 Mai. 2024.
- MALTA, Camila Lopes; HORTA, Saleth Salles. Corpo, desordens alimentares e sexualidade: Um olhar gestáltico acerca da mulher. In: GIOVANETTI, José Paulo; CARDOSO, Cláudia Lins; EVANGELISTA, Paulo Eduardo Rodrigues Alves. **Contextos em Gestalt-terapia: Estudos produzidos no curso de especialização em psicologia clínica gestalt-terapia e análise existencial brasileiro**, volume 2. 2019, p. 58-81.
- NEWSON, Jennifer ; THIAGARAJAN, Tara ; CHRISTENSON, Helen ; CUIJPERS, Pim ; FRIED, Eiko ; KOHRT, Brandon ; PATEL, Vikram ; SEIDMAN, Joshua . The Mental State of the World in 2023: A Perspective on Internet-Enabled Populations. **Sapien Labs**, 2024. Disponível em: <https://mentalstateoftheworld.report/>. Acesso em: 06 abr. 2024.
- NOGUEIRA, Bruno Antônio de Lima. Masculinidade e Gestalt-terapia: Esparta e a contemporaneidade. In: MARRAS, Margaret (Org). **Angústias contemporâneas e Gestalt Terapia**. São Paulo: Summus Editorial, 2020. p. 168-180.
- ODDONE, Hugo Ramón Barbosa. Fronteiras do masculino: Gestalt experiências In: FRAZÃO, Lílían Meyer; ROCHA, S. L. C. O. **Gestalt e Gênero: configurações do masculino e feminino na contemporaneidade**. São Paulo: Livro Pleno, 2005. p. 77-91.
- PAVELTCHUK, Fernanda de Oliveira; BORSA, Juliane Callegaro. A teoria do estresse de minoria em lésbicas, gays e bissexuais. **Rev. SPAGESP**, Ribeirão Preto , v. 21, n. 2, p. 41- 54, dez. 2020 . Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702020000200004&lng=pt&nrm=iso. acessos em 01 nov. 2024.
- PERLS, F.; HEFFERLINE, R. F.; GOODMAN, P. **Gestalt therapy: excitement and growth in the human personality**. Harmondsworth: Penguin Books, 1973.
- PIAI, Bruno. Por que o Brasil é sempre tão mal avaliado em rankings de saúde mental?. **RH Pra Você**, 2024. Disponível em: <https://rhpravoce.com.br/redacao/brasil-rankings-saude-mental/>. Acesso em: 06 maio 2024.
- RIBEIRO, J. P. (1999). A perspectiva da Gestalt: O indivíduo como um ser livre. In: **O indivíduo e a consciência ativa**.

ROCHA, Sérgio Lizias C. de O. Gestalt e relações de gênero: a emergência de novas masculinidades e feminilidades nos modos de ser homem e ser mulher hoje. In: FRAZÃO, Lilian Meyer; ROCHA, S. L. C. O. **Gestalt e Gênero: configurações do masculino e feminino na contemporaneidade**. São Paulo: Livro Pleno, 2005. p. 205-246.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 1995.

SOARES, Carlos Guilherme Cristelli. Gênero e gestalt-terapia: intersecções e ajustamentos teórico-clínicos. 2021.

ZANELLO, V.; BUKOWITZ, B. Loucura e cultura: uma escuta das relações de gênero nas falas de pacientes psiquiatrizados. **Revista Labrys Estudos Feministas**. v. 20-21, 2011.

Disponível em: <http://www.labrys.net.br/labrys20/brasil/valeska.htm>. Acesso em: 11 maio. 2024.» <http://www.labrys.net.br/labrys20/brasil/valeska.htm>

ZANELLO, Valeska & Souza, Gustavo José de Oliveira. 2009. More music, less Haldol: an experience among music, phármakon and madness. **Mental**, v.7, n.13. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_pdf&pid=S1679-44272009000200009&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt

ZANELLO, Valeska; FIUZA, H. Gabriela; COSTA, Humberto Soares. Saúde mental e gênero: facetas gendradas do sofrimento psíquico. **Revista de Psicologia**, vol.27 no.3 p. 238- 246, 2015. Disponível < > Acesso <http://dx.doi.org/10.1590/1984-0292/1483> em 11 out 2024.